

# O fracionamento da Faculdade de Filosofia da UFRJ: entre o real e o presumido

Luiz Antônio Cunha

Professor Titular da UFRJ

## Resumo

Este artigo analisa o fracionamento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) das universidades brasileiras na década de 1960, em especial da unidade correspondente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A bibliografia corrente explica esse fracionamento como efeito de uma política dos governos autoritários instituídos pelo golpe militar de 1964, visando ao atingimento de objetivos em tudo contrários às demandas acadêmicas. Contrariamente, o artigo mostra que o processo de fracionamento das FFCLs começou, em todo o país, antes do golpe militar, e foi movido por interesses sobretudo internos ao mundo acadêmico, inclusive na UFRJ.

**Palavras-chave:** Universidade brasileira; reforma universitária; política educacional

## Abstract

*The fractioning of the Faculty of Philosophy of UFRJ: between the real and the presumed*

This article analyzes the fractioning of the Faculties of Philosophy, Sciences and Letters (FFCLs) of the Brazilian universities in the decade of 1960, in particular of the corresponding unit of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The current bibliography explains this fractionation as an effect of a policy of authoritarian governments instituted by the military coup of 1964, aiming at the attainment of objectives that are totally contrary to the academic demands. In contrast, the article shows that the process of fractionation of the FFCLs began throughout the country prior to the military coup and was driven by interests mainly internal to the academic world, including UFRJ.

**Keywords:** Brazilian university; university reform; educational policy

## Resumen

*El fraccionamiento de la Facultad de Filosofía de la UFRJ: entre el real y el presumido*

Este artículo analiza el fraccionamiento de las Facultades de Filosofía, Ciencias y Letras (FFCL) de las universidades brasileñas en la década de 1960, en especial de la unidad correspondiente de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). La bibliografía actual explica este fraccionamiento como efecto de una política de los gobiernos autoritarios instituidos por el golpe militar de 1964, buscando el logro de objetivos en todo contrarios a las demandas académicas. Contrariamente, el artículo muestra que el proceso de fraccionamiento de las FFCLs comenzó, en todo el país, antes del golpe militar, y fue movido por intereses sobre todo internos al mundo académico, incluso en la UFRJ.

**Palabras clave:** Universidad brasileña; reforma universitária; política educativa

No momento em que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) rememora a criação ou reconfiguração de 12 unidades acadêmicas decorrentes do fracionamento de sua Faculdade de Filosofia, retornam à cena algumas interpretações equivocadas, razão pela qual vale a pena examinar com objetividade o processo que levou a esse desfecho. Com efeito, em 1967, no lugar daquela faculdade surgiram ou tiveram funções ampliadas duas novas faculdades (Educação e Letras), sete institutos (Filosofia e Ciências Sociais; Biologia; Psicologia; Matemática; Física; Química; Geociências) e uma escola (Comunicação). Ao longo do texto, veremos que a maioria dos departamentos de ensino da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) se agregou a institutos de pesquisa preexistentes. Estou ciente de que há uma impropriedade nas denominações, mas peço a compreensão dos leitores mais exigentes, pois o faço para economizar referências repetidas a siglas e datas.

Em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passou a ser denominada Universidade do Brasil e seus institutos, escolas e faculdades receberam a distinção de nacionais. Em 1965, essa distinção foi suprimida, e o nome da Universidade passou a ser de Federal do Rio de Janeiro, acompanhando a denominação de suas coirmãs. As razões dessas transformações não serão comentadas aqui. Para facilitar a exposição, a instituição será chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mesmo quando me referir a ela antes de 1965. Da mesma forma, à sua Faculdade de Filosofia, ainda que não tenha o título de Nacional, sempre referida pela sigla FNFi.

A bibliografia corrente explica esse fracionamento como efeito de uma política dos governos autoritários instituídos pelo golpe militar de 1964, visando ao atingimento de objetivos em tudo contrários às demandas acadêmicas. Neste texto, pretendo mostrar que o processo de fracionamento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) começou, em todo o país, *antes* do golpe militar, e foi movido por interesses *internos* ao mundo acadêmico.

## **Motivação presumida**

Um texto mimeografado divulgado no primeiro semestre de 1968, assinado pela diretoria da União Nacional dos Estudantes, procurava fundamentar a tese de que a etapa atual do movimento estudantil contra a ditadura consistia na luta contra a política educacional. Ao focalizar a questão das FFCLs, dizia:

O primeiro decreto referente explicitamente à reforma universitária (decreto-lei 53/66, LAC) foi o que prescrevia o desmembramento das Faculdades de Filosofia em institutos centrais. *Faltam ainda dados para uma interpretação mais segura dos objetivos e consequências* dessa medida. À primeira vista vê-se que, no processo de transformação estrutural das universidades, visando subordiná-las às grandes empresas, o desmembramento das Filosofias separaria cursos prioritários para um investimento maciço (Física, Química, etc.) dos cursos não prioritários para o “desenvolvimento” (Ciências Sociais, História, etc). Os recursos das empresas seriam canalizados para os cursos formadores de técnicos segundo suas necessidades e não para Faculdades de Filosofia do tipo antigo, inadequadas aos interesses dos monopólios. Por outro lado, observa-se também, que, no conjunto do movimento estudantil brasileiro, as faculdades de filosofia destacam-se por sua participação política. O desmembramento atende à necessidade que tem o governo de frear o avanço político do movimento estudantil (CUNHA, 2007a, p. 79, grifos meus).

Mesmo reconhecendo faltarem dados para interpretação mais segura, o texto afirmava que o fracionamento (dito desmembramento) das FFCLs atendia a uma política de contenção do movimento estudantil. Esse diagnóstico foi assumido também por professores, especialmente pelos que foram atingidos pela repressão, inclusive mediante aposentadoria compulsória.

Alguns exemplos nesse sentido são encontrados em Favero (1989). Em estudo dedicado à criação, institucionalização e ao processo de *desmembramento* da FNFi, a autora procurou antecedentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961. Ela denominou de pobre a visão de universidade presente nessa lei, devido, sobretudo, ao que “sobrou” depois do veto presidencial à determinação da obrigatoriedade de uma FFCL em todas as universidades. Nessa mesma perspectiva, a autora utilizou a palavra indigência ao se referir à concepção de universidade e à definição de suas funções expressas naquela lei, e afirmou que tal pobreza permite perceber porque se rejeitou ou se desconheceu a existência das FFCLs como órgãos integradores. Isso, apesar de a mesma autora reconhecer que o fato de elas terem sido organizadas com finalidades bastante abrangentes e complexas dificultou o cumprimento do papel a elas atribuído, o de serem unidades integradoras das universidades (Favero, 1989, p. 38). A motivação para a fragmentação das FFCLs foi também atribuída a uma “retórica modernizadora”, que teria preparado o “desmantelamento” dessa unidade, como se as propostas gerais tivessem, na realidade, o papel de encobrir um propósito ilegítimo.

Em outra obra, Favero (1992) relacionou a fragmentação da FNFi com interesses de algumas pessoas – de dentro e de fora da UFRJ –, empenhadas em dividir as faculdades politicamente mais ativas. Sua afirmação se baseou no depoimento de

vários docentes e funcionários técnico-administrativos por ela entrevistados. Em um desses depoimentos, Maria Yeda Linhares, professora compulsoriamente aposentada daquela unidade, disse que Eremildo Vianna fora o “artesão da dissolução da FNFi, do esfacelamento da Faculdade”, em favor de uma “oligarquia universitária”, de modo que ela passou a ser como as faculdades isoladas, “extremamente ruins, reacionárias e retrógradas” (FAVERO, 1992, p. 427).

A idéia da fragmentação malévola é tão generalizada que até mesmo o autor deste texto, que se dedicou ao estudo da reforma universitária das décadas de 1960 e 1970, mostrou, em pelo menos um momento, ter assumido essa motivação presumida. Ao analisar as mudanças estruturais da reforma universitária, afirmou ter sido a “divisão do espólio” das FFCL a “mais grave” delas (CUNHA, 2007a, p. 76).

## **Integração versus descentralização**

A pesquisa de Burton Clark, da Universidade da Califórnia, propiciou a primeira e até hoje a mais abrangente comparação internacional das instituições universitárias. Tratando de temas como os critérios de divisão dos estabelecimentos, os tipos básicos de crenças acadêmicas, os níveis de poder, a competição interna e outros, o autor cotejou as instituições universitárias dos Estados Unidos, do Japão, da Grã-Bretanha e de vários países da Europa continental, inclusive do bloco socialista. Inserções pontuais continham referências a outros países, inclusive ao Brasil.

Nessa ampla pesquisa, como em trabalhos anteriores sobre temas afins à atividade universitária, ele caracterizou a instituição acadêmica pela produção e transmissão do conhecimento, com diferentes impulsos recebidos do exterior da instituição. Os professores, agentes próprios desse tipo de instituição, caracterizam-se pelas formas específicas de manipulação do conhecimento, entendida como uma combinação muito variada de esforços tendentes ao seu descobrimento, conservação, depuração, transmissão e aplicação.

Com base nessa abordagem comparativa, Clark concluiu que a busca do conhecimento não pode existir em um mundo monolítico. Precisa de sistemas dotados de fissuras e de falhas, o que seria inadmissível em outras instituições. O monopólio do poder, detido por quem quer que seja, representa uma séria ameaça à universidade, organização onde convivem profissionais com diferentes e cada vez mais estritas especializações, e que frequentemente se ignoram. É por isso que a imagem que ele

considera mais adequada para a universidade é a da débil articulação entre escolas, faculdades, institutos, departamentos ou cátedras, que se comportam como pequenos estados soberanos, fragilmente ligados numa federação (CLARK, 1983, cap. III).

Contra o imperativo da integração, o pesquisador norte-americano concluiu que as universidades precisam de um certo grau de desordem que permita aos indivíduos e aos grupos de pesquisadores desenvolverem atividades autônomas e estabelecerem entre si intercâmbios formais e informais, conseguindo uma eficácia que as instituições dotadas de alto grau de controles formais não são capazes. As universidades são eficazes quando conseguem promover as iniciativas e ampliar as opções dos distintos e conflitivos grupos profissionais que fazem parte delas. Como resolver a melhor combinação de integração com descentralização é um problema prático mais do que teórico.

É com esse entendimento da organização universitária que partirei para a análise do processo de fracionamento das FFCLs, especialmente o ocorrido na UFRJ, mediante a reforma do estatuto em 1968. Mas não me limitarei ao enfoque internalista de Clark, e começarei pelo processo de constituição das instituições universitárias no Brasil, que apresenta características bem diversas das existentes nos países que ele estudou.

## Formação de universidades e FFCLs

As instituições universitárias brasileiras resultaram da combinação de três grandes tradições estrangeiras (CUNHA, 2007a). Ao invés de reproduzirem aqui a Universidade de Coimbra, os intelectuais portugueses que exerciam influência sobre a corte do príncipe regente João, por volta de 1808, os *estrangeirados*, assumiam, escondendo a fonte, a crítica que os revolucionários franceses faziam da universidade como uma instituição ultrapassada, própria do *Ancien Régime*. Nas primeiras décadas da França revolucionária, a universidade caiu em desgraça, em proveito de instituições profissionais. Nesse período, foram criadas a Escola Politécnica, a Faculdade de Ciências e a Faculdade de Letras; as Escolas de Medicina e de Direito foram promovidas a faculdades. Essas, mais a de Farmácia, foram articuladas a uma rígida regulamentação profissional, nosso primeiro e persistente modelo.

Paralelamente, do outro lado do rio Reno, situação bem diferente ocorria. Em Berlim, em 1810, fundou-se uma universidade com base em concepções filosóficas tra-



zidas para um debate induzido pelo próprio Estado prussiano. Importantes filósofos (Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt) pensaram a universidade nos termos do idealismo, tendo em comum a concepção de que se tratava de realizar, na prática, a *ideia* de universidade. Seria na Faculdade de Filosofia onde se desenvolveria o cultivo do saber livre e desinteressado de aplicações práticas. Era justamente o oposto da política universitária voltada exclusivamente para a formação profissional, que havia sido implementada pela Revolução Francesa.

No Brasil, o príncipe João, que para aqui transferiu a sede de seu governo, não criou universidades, apesar de reproduzir tantas instituições metropolitanas. Ao invés de universidades, criou cadeiras (cátedras) isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura (CUNHA, 2007b).

Desde então, o ensino superior desenvolveu-se no Brasil pela multiplicação de faculdades isoladas, sobretudo de Medicina, de Engenharia e de Direito. Cada uma delas comportava cátedras dedicadas a especialidades que, com o tempo, se criavam ou se fracionavam em função do avanço da divisão do trabalho acadêmico. As primeiras universidades resultaram, já na terceira década do século XX, da reunião dessas faculdades e de outras que surgiram, também isoladas ou incorporadas às universidades. Eram escolas ou faculdades de Minas e Metalurgia, de Odontologia, de Arquitetura, de Economia, de Serviço Social, de Jornalismo, de Filosofia, Ciências e Letras. Nesta última, pretendia-se repetir o ambicioso projeto da Universidade de Berlim, com uma unidade dedicada ao cultivo do saber livre e desinteressado de aplicações práticas.

No entanto, o caráter fragmentado das instituições brasileiras de ensino superior vinha recebendo críticas desde o tempo do Império, as quais resvalavam para as frágeis universidades, tão logo surgiram. Já em 1926, Fernando de Azevedo batia-se pela integração da instituição universitária e pela ultrapassagem da estreiteza cultural resultante da mera formação profissional. Essa ideia foi assumida pelo primeiro titular do Ministério da Educação (MEC), Francisco Campos, justamente quem havia organizado a Universidade de Minas Gerais, em 1927, formada apenas de instituições de ensino superior de caráter estritamente profissional.

Em 1931, seis meses após a instalação do governo provisório, Getúlio Vargas promulgou pelo decreto nº 19.851 o *Estatuto das Universidades Brasileiras*. Além de padrões de organização do ensino superior, foi estabelecido, pela primeira vez no país, um critério de criação de universidade: essa instituição deveria ser composta de pelo

menos três unidades de ensino de uma lista de quatro: Direito; Medicina; Engenharia; Educação, Ciências e Letras.

A Faculdade de Educação (logo substituída por Filosofia), Ciências e Letras (FFCL) teria três seções: a de Educação, a de Ciências, e a de Letras. Para obterem a licenciatura, os estudantes deveriam combinar estudos nas seções disciplinares e na de Educação: era o sistema três anos naquela e um nesta.

A primeira FFCL do país não surgiu na UFRJ, que somente teve a sua em 1939, criada a partir de elementos da Universidade do Distrito Federal, então extinta por razões político-ideológicas. Esta universidade compunha-se de um Instituto de Educação e das escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras e do Instituto de Artes. Não tinha, portanto, uma FFCL (FAVERO, 1990; MENDONÇA, 2002).

A FFCL da UFRJ – a FNFi – nasceu com quatro seções, cada uma delas compreendendo de um a seis cursos. As seções de Filosofia e de Pedagogia compreendiam apenas um curso cada. A de Letras, três: Clássicas, Neo-latinas e Anglo-germânicas. A seção de Ciências compreendia, inicialmente, seis cursos: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais. Mais tarde, foi criada a seção de Jornalismo, com o curso correspondente. O curso de Geografia e História se dividiu e foram criados cursos de Psicologia (na seção de Filosofia), de Geologia, de Meteorologia e de Astronomia (na seção de Ciências). Cada seção tinha departamentos, reunindo as cátedras encarregadas de ministrar um curso de graduação. Por exemplo, na seção de Ciências existia o departamento de História, que compreendia quatro cátedras: História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, História da América, História do Brasil.

Mas foi a Universidade de São Paulo (USP) que teve a primazia de realizar o que preconizara Fernando de Azevedo, não por coincidência um de seus fundadores. Decreto estadual de 1934 criou a universidade mediante a incorporação das seguintes instituições de ensino superior preexistentes: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura, Faculdade de Medicina, Escola Veterinária. O Instituto de Educação foi elevado ao nível superior e incorporado como Faculdade de Educação. O decreto previa a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, e da Escola de Belas-Artes, mas só vingou a primeira.

## Reforma universitária sem FFCL

A função atribuída às FFCLs de serem o espaço de cultivo do saber livre e desinteressado de aplicações práticas ficou mais no plano das palavras do que no da realidade. Esse cultivo, quando existia, estava submetido à formação profissional, isto é, à formação de professores para o ensino médio.<sup>1</sup> A pesquisa em Matemática, em Física, em Química e em Biologia existia de modo subordinado na USP, mas era rara ou inexistente na UFRJ. A pesquisa em Física no Rio de Janeiro foi desenvolvida numa instituição privada criada por docentes dessa universidade, mais os da Católica e de outras instituições – o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Os pesquisadores das outras disciplinas tinham de procurar abrigo em diversas instituições federais, como o Instituto Manguinhos.

As reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) constituíram, desde 1948, um espaço de afirmação dos interesses de matemáticos, físicos, químicos e biólogos na autonomização de suas disciplinas, vale dizer, na criação de uma unidade conjunta de Ciências ou de uma unidade para cada qual. A criação de agências de fomento, no âmbito do governo federal, que ofereciam bolsas de estudos no exterior, fez aumentar essa demanda autonomizadora, à medida que mais e mais brasileiros vivenciavam distintos arranjos institucionais em outros países, especialmente nos Estados Unidos. Na volta, reagiam à subordinação existente na estrutura universitária brasileira.

O fracionamento das FFCLs concretizou-se, antes de tudo, nos projetos de construção das cidades universitárias das maiores instituições. Influenciados pelos *cientistas* mais do que pelos *humanistas*, tais projetos previam prédios para as disciplinas, separados dos previstos para aquela faculdade.

Em São Paulo, a comemoração do quarto centenário de fundação da cidade, em 1954, fez avançar a construção da cidade universitária da USP. No início da década de 1950, o partido urbanístico original, que situava a FFCL no centro dos edifícios, foi substituído por outro, que previa edifícios próprios para abrigar as cátedras de Matemática, de Física, de Química e de Biologia, em edifícios apartados entre si e da FFCL. As cátedras *humanas* (Filosofia, História, Psicologia, Ciências Sociais e Letras) dessa unidade seriam distribuídas em prédios distintos, situados ao longo de uma via

---

1 Vale lembrar que, antes de 1971, o ensino médio compreendia dois ciclos de ensino pós-primário, o ginasial e o colegial. Nos ramos profissionais do ensino médio, a denominação era distinta.



(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985). Em reação, Fernando de Azevedo liderou um protesto público dos sobreviventes da comissão organizadora da universidade. O “Manifesto ao Povo e ao Governo”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 29 de maio de 1952, investiu contra a concepção subjacente ao plano urbanístico e arquitetônico da cidade universitária, e defendeu a integridade da FFCL. O projeto estaria subvertendo o lugar próprio dessa faculdade que, na concepção original, deveria ser o coração da universidade, onde os alunos de todos os cursos, inclusive dos profissionais, estudariam as matérias básicas dos seus currículos. O manifesto não obteve adesão suficiente e o partido urbanístico da USP prosseguiu refletindo o fracionamento disciplinar.

No Rio de Janeiro, a construção da cidade universitária da UFRJ encontrou dificuldades tanto na localização quanto na apartação da instância encarregada do projeto e da construção: o Escritório Técnico da Universidade do Brasil não pertencia à instituição, mas ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Todavia, isso não impediu que o mesmo fenômeno apontado em São Paulo ocorresse também aí. Em 1953, o projeto da cidade universitária previa o reagrupamento das unidades/departamentos/disciplinas em centros (RODRIGUES, 2001). A FNFi daria lugar a dois centros, o de Filosofia e o de Ciências. A apartação era ostensiva, pois os prédios previstos para eles situavam-se em lados opostos da via principal, ao longo da qual se distribuía as edificações da universidade. Diferentemente da USP, não houve na UFRJ quem reclamasse a unidade ameaçada pelo partido urbanístico.

Em fevereiro de 1958, o fracionamento das FFCLs recebeu um poderoso impulso originado no MEC, no bojo do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, com a criação da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI). Ela foi presidida por Ernesto Luiz de Oliveira Junior, professor catedrático de Matemática da FNFi, que fez um amplo diagnóstico, no qual identificou a insuficiência do ensino da Engenharia diante das exigências do desenvolvimento econômico, assim como a precariedade da pesquisa científica nas universidades, particularmente nas FFCLs, onde os cursos de Matemática, de Física, de Química e de História Natural tinham poucos alunos, quase todos direcionados para o magistério no ensino médio. Para corrigir essa situação, propôs a instalação de institutos universitários, onde se reuniriam cátedras e laboratórios afins, dispersos e duplicados por diversas unidades, de modo a gerar um espaço onde docentes e pesquisadores trabalhariam em tempo integral (OLIVEIRA JUNIOR, 1959). Apesar de receberem recursos do MEC destinados à criação de institutos, as universidades beneficiadas não reuniram as cátedras disper-

sas, mas criaram unidades de pesquisa ao lado das escolas e faculdades existentes.

A concretização urbanística do fracionamento das FFCLs estava sintonizada com a modernização do ensino superior na direção do modelo norte-americano. Desde os anos 1940, esse processo ganhou terreno no Brasil lenta, mas solidamente, e culminou na Universidade de Brasília, cuja criação foi proposta ao Congresso Nacional pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia da inauguração da nova capital. As linhas gerais da instituição foram traçadas por uma comissão nomeada pelo ministro da Educação Clovis Salgado, integrada por Pedro Calmon, reitor da UFRJ; João Christovão Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); Ernesto Luiz de Oliveira Junior, presidente da COSUPI; Almir de Castro, diretor de programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Darcy Ribeiro, professor de Antropologia da FNF<sub>i</sub>, naquele momento coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Dos seis, apenas Almir de Castro não era docente da UFRJ. Ou seja: importantes professores dessa universidade, parte deles com postos no MEC, projetaram uma instituição sem FFCL.

A Universidade de Brasília foi criada em dezembro de 1961 pela lei nº 3.998, trazendo consigo uma radical mudança de organização dos recursos materiais e humanos da universidade, consistindo, basicamente, num conjunto de institutos centrais e de faculdades, compostos, por sua vez, de departamentos, que reuniriam as funções de ensino e pesquisa. Os institutos centrais (de Matemática, de Física, de Química, de Biologia, de Geociências, de Ciências Humanas, de Letras e de Artes) forneceria ensino introdutório de dois a três anos para todos os cursos de graduação, completado pelo ensino especializado das faculdades (de Ciências Políticas e Sociais; de Educação; de Ciências Médicas; de Ciências Agrárias; de Tecnologia; de Arquitetura e Urbanismo). Os institutos centrais forneceria, também, ensino complementar para a formação de pesquisadores e ensino pós-graduado (RIBEIRO, 1978; CUNHA, 2007c).

No mesmo mês de dezembro de 1961 foi promulgada a LDB. O texto aprovado pelo Congresso determinava que toda universidade tivesse uma FFCL, mas o presidente João Goulart vetou o artigo correspondente, alegando já existirem no país 70 dessas faculdades, o bastante para a formação do magistério do ensino médio. Alegou, também, que a função integradora esperada da FFCL poderia ser cumprida por outros órgãos, como os institutos centrais, numa óbvia alusão à estrutura da recém-criada Universidade de Brasília. Em suma, com a promulgação da LDB, a FFCL perdeu o lu-

gar privilegiado que Fernando de Azevedo e o Estatuto das Universidades Brasileiras lhe atribuíram três décadas e meia antes.

Se o raciocínio desenvolvido até aqui identificou nas demandas autonomistas de matemáticos, físicos, químicos e biólogos pela autonomização institucional de suas disciplinas com relação à FFCL, não posso deixar de assinalar a existência de tal demanda da parte dos pedagogos do Conselho Federal de Educação, interessados na autonomização de sua atividade profissional no âmbito universitário. Entre eles, estava Anísio Teixeira, responsável pela criação da primeira Faculdade de Educação do país, na Universidade do Distrito Federal, em 1935, de pouca duração; e da retomada do modelo em 1962, na Universidade de Brasília. Embora existissem grandes diferenças entre o pensamento e a prática de Anísio Teixeira e outros conselheiros, como Newton Sucupira e Valnir Chagas, todos eles demonstravam antigas ou recentes devoções pela educação escolar dos Estados Unidos, particularmente a instituição dos *teachers' colleges*, fonte inspiradora de nossas Faculdades de Educação.

Ao fim e ao cabo, o fracionamento das FFCLs, na direção do modelo da UnB, foi facilitado e até induzido pelo decreto-lei nº 53/1966,<sup>2</sup> que determinou os princípios e as normas de organização para as universidades federais, especialmente os seguintes: vedou-se a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinou-se a unidade entre ensino e pesquisa; obrigou-se à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formarem um sistema comum para toda a universidade. Determinou-se, também, a criação de uma instância voltada para a formação de professores para o ensino médio e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou Centro ou Departamento) de Educação (ou Pedagógico). Aliás, essa foi a única instância que o decreto determinava que fosse separada da FFCL. Se outros fatores não existissem, essa faculdade poderia se manter com toda sua ampla gama de atividades, “perdendo” apenas a seção ou departamento de Educação (ou de Pedagogia).

## **Fracionamento da FNFi**

Na UFRJ, as condições institucionais da fragmentação da FNFi antecederam de duas décadas as determinações do decreto-lei nº 53/1966. A pesquisa desenvolvida

---

<sup>2</sup> Seu patrono foi o ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão, ex-reitor da UFRJ, que participara dos planos de reforma da instituição. O desencadeador da promulgação desse decreto foi seu pedido de pronunciamento do CFE para legitimar a reforma em andamento nas universidades federais.

por Ron-Rén (1994) para sua dissertação de mestrado localizou a primeira iniciativa nesse sentido na proposta de Ernesto Luiz de Oliveira Junior para a criação de um Instituto de Matemática, apresentada na Congregação da FNFi, em 1947. Já mencionei seu diagnóstico sobre as funções dessa unidade acadêmica, quando dirigiu a COSUPI.

Nos anos 1950, a estrutura da FNFi foi posta em discussão, protagonizada, principalmente, por professores de Matemática, de Física e de Química, que se empenhavam pela constituição de um espaço próprio ao desenvolvimento pleno de suas pesquisas. Vejamos os antecedentes organizacionais da criação de tais espaços.

O Instituto de Química foi criado em 1959, com a participação de todas as cátedras, disciplinas e laboratórios da UFRJ, cujas atividades estivessem compreendidas nas seguintes especialidades, às quais correspondiam as divisões da nova unidade: Química Orgânica, Química Inorgânica, Química Tecnológica, Físico-Química, Bioquímica e Engenharia Química. Assim, as unidades cujas atividades tivessem alguma relação com essas categorias poderiam *filiar-se* ao Instituto de Química, mediante solicitação de seu responsável, vindo a ser membros da nova unidade todos os docentes e pesquisadores, sem prejuízo de suas atividades nas unidades de origem. O contorno da competição acadêmica com as unidades participantes deu-se pela dedicação do Instituto de Química, pelo menos nos propósitos iniciais, apenas à pesquisa. Na medida em que as circunstâncias permitissem, o Instituto deveria se dedicar, também, ao ensino, o que só veio a acontecer depois da reestruturação de 1967.

Em 19 de março de 1964, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou a criação do Instituto de Física e do Instituto de Matemática. O golpe militar deve ter atrasado as providências práticas, pois somente em 18 de maio de 1965 o Conselho aprovou os regimentos das duas novas unidades, e demorou mais um ano para que o mesmo órgão colegiado aprovasse resolução autorizando a formação dos respectivos Conselhos Diretores. O Conselho Diretor do Instituto de Física deveria ser integrado por representantes da UFRJ, do CBPF e do Instituto de Energia Nuclear do CNPq. Já o Conselho Diretor do Instituto de Matemática reuniria catedráticos da FNFi, da Faculdade de Arquitetura, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Escola de Química, da Escola de Engenharia e de um representante do Instituto de Matemática Pura e Aplicada do CNPq.

Em 1962, a UFRJ estava em reforma. Em junho do ano seguinte, o Conselho Universitário recebeu o *Relatório Kafuri*, com um conjunto de diretrizes para sua

reforma estrutural, no qual os institutos básicos estavam separados das faculdades profissionais. A convergência dessas diretrizes com o plano diretor da Universidade de Brasília é evidente. Uma comissão do Conselho Universitário assumiu a proposta e tomou posição em favor da estruturação da universidade em institutos básicos e escolas ou faculdades, separando o ciclo básico de estudos do ciclo profissional (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1963).

Em agosto de 1964, a proposta fracionadora da FNF*i* partiu, também, de um docente da seção de Pedagogia, uma seção que, até então, não havia tomado iniciativas autonomizadoras. Tal docente era o próprio diretor da unidade, José Faria Góes Sobrinho, que apresentou ao Conselho Universitário proposta de separação das seções da faculdade em cinco unidades distintas: Escola de Ciências, Escola de Filosofia e Letras, Escola de Ciências Sociais, Escola de Educação, Escola de Jornalismo. A justificativa apresentada elencou uma série de problemas para o funcionamento da faculdade, entre eles o gigantismo e a heterogeneidade do colegiado que a dirigia, com mais de 50 docentes; a dificuldade na administração de grande número cursos de graduação e de licenciatura; e a inexistência de condições materiais de funcionamento. No caso desta última, o diretor destacava a sede imprópria, que obrigava os alunos a permanecerem nas calçadas e adjacências, onde eram “presa fácil do diálogo aliciador do agente extremista, que espreita inexperiência dos jovens e organiza o seu descontentamento, justificando sob todas as formas de protesto e rebeldia” (FAVERO, 1989, p. 45).

Como vimos, a FNF*i* poderia continuar existindo, perdendo, necessariamente, por força do decreto nº 53/1966, apenas a seção de Pedagogia, que deveria formar unidade à parte. Mas o impulso de autonomização superou a coesão interna daquela unidade, de modo que a FNF*i* se fracionou e deu origem a 10 unidades acadêmicas. Os departamentos de Física e de Química fundiram-se com os institutos de pesquisas das respectivas especialidades. O departamento de Matemática deu origem a um instituto próprio, o de mais antiga reivindicação. Cada um deles reuniu docentes espalhados por unidades profissionais, como Engenharia, Arquitetura, Farmácia. Contrariando a tradição da maioria das universidades brasileiras, nas quais a Geografia manteve-se na Área de Humanas, na UFRJ ela foi deslocada para a Área das Ciências da Natureza, especificamente para o Instituto de Geociências, juntada que foi à Geologia e à Meteorologia. O Departamento de História Natural contribuiu para a formação do Instituto de Biologia, situado ao lado de institutos que gravitavam em torno da Faculdade de Medicina e se mantiveram distintos, como o de Biofísica e o de Microbiologia.



Os departamentos de *humanas* geraram cinco novas unidades. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais foi formado a partir dos departamentos de Filosofia, de História e de Ciências Sociais, que, por sua vez, se fundiram com o Instituto de Ciências Sociais, unidade de pesquisa criada em 1958. O Departamento de Letras gerou a Faculdade homônima. O Departamento de Pedagogia transformou-se na Faculdade de Educação. O Departamento de Jornalismo gerou a Escola de Comunicação. O Instituto de Psicologia foi formado a partir de unidade homônima, dedicada à pesquisa, que havia sido incorporada à universidade em 1944, proveniente da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. A ele se agregou o Departamento de Psicologia da FNF*i*.

Assim, o fracionamento da FNF*i* concluiu-se com a aprovação do novo estatuto da UFRJ pelo decreto nº 60.455/1967, para o que as razões práticas ditadas pela autonomização disciplinar foram o motor principal, senão exclusivo.

## Repressão precoce

A dissertação de Freitas (2008) traçou um interessante panorama do movimento estudantil na UFRJ, no início dos anos 1960, e da repressão de que foi alvo. Ela mostrou que os centros acadêmicos mais engajados na luta política, situados à esquerda do espectro ideológico, eram os da Faculdade de Direito, da FNF*i*, da Escola de Engenharia e da Faculdade de Medicina. A abertura de cursos no período noturno, bem como a adoção do critério classificatório para o preenchimento das vagas, sem nota mínima de aprovação, e o preenchimento integral das vagas, estavam entre as reivindicações dos estudantes da FNF*i* que tiveram sucesso. Todavia, a melhoria das condições de ensino e a ampliação da representação estudantil nos órgãos colegiados encontravam objeções das direções da universidade e da faculdade, antes mesmo do golpe militar.

As *Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil* (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 1963) não dissimulavam a tentativa de controlar o processo de politização dos estudantes. Ao tratar da “política relativa à comunidade”, as diretrizes manifestavam o intuito de neutralizar a influência dos centros acadêmicos na representação estudantil junto aos órgãos colegiados. A consulta direta ao corpo discente, dirigida pelo reitor e pelos diretores de faculdade, seria o caminho a seguir.<sup>3</sup>

---

3 Um dos participantes dessa comissão de reforma foi Raymundo Moniz de Aragão, ministro da educação nos dois terços finais do governo Castello Branco, quando propôs o decreto-lei nº 228/1967, que aumentou as restrições ao movimento estudantil, inclusive mediante a extinção das

Em 1963, enquanto a direção da UFRJ elaborava as diretrizes para sua reforma, os estudantes da FNFi promoveram um movimento pela destituição do diretor, o catedrático de História Antiga e Medieval, Eremildo Viana, líder político da direita ideológica entre os professores. Numa punição inédita imposta pela congregação da unidade, 15 estudantes foram suspensos por tempo indeterminado, em outubro desse ano. Os atingidos eram três alunos do curso de Física, três de Matemática, três de Filosofia, dois de História, dois de Ciências Sociais, um de Química e um de Letras. Em protesto contra a suspensão dos colegas e pela destituição do diretor, o centro acadêmico decidiu por uma greve que durou 15 dias. Os estudantes recorreram ao presidente da república João Goulart, que anulou a punição, e eles puderam voltar às aulas no início do ano letivo seguinte, em março de 1964.

À medida que se aproximava do fim do ano letivo de 1963, a radicalização político-ideológica na FNFi se acirrava, como na formatura dos estudantes de Jornalismo, que foi marcada por um sério incidente. No intuito de impedir a entrada do paraninfo, o governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, o mais ostensivo líder político da direita, propugnador de golpe militar contra o presidente João Goulart, um grupo de estudantes bloqueou a porta da faculdade e jogou uma bomba de gás lacrimogêneo no grupo onde estava o convidado.

Nos dias imediatos ao golpe militar, o centro acadêmico foi fechado pela direção da faculdade, assim como encerrado o curso pré-vestibular por ele mantido, os cursos noturnos foram extintos e eliminado o critério classificatório para o preenchimento de vagas.

Em julho de 1964, processo elaborado pela Comissão de Correição da FNFi, recém-instalada, apresentou ao Conselho Universitário proposta de expulsão de 19 estudantes, dos quais nove constavam da lista dos suspensos em outubro do ano anterior. Todos foram expulsos, inclusive quatro prestes a colar grau. O representante estudantil no Conselho apresentou sugestão de substituir a pena de expulsão pela de suspensão por um ano, que foi rejeitada.

A partir daí, as punições a estudantes ficaram a cargo de inquiridos policiais-militares, que contaram com a colaboração do diretor da faculdade e de alguns professores, dispostos a denunciar o envolvimento de estudantes da FNFi em atividades *subversivas*.

---

uniões estaduais e a expropriação de seus bens.

Como a expulsão foi um procedimento disciplinar interno à UFRJ, a lei nº 6.683/1979, “lei da anistia”, não beneficiou os expulsos em março de 1964. Com intuito reparatório, uma cerimônia foi celebrada na universidade, 35 anos depois: em novembro de 1992, o Conselho Universitário reintegrou, simbolicamente, os 19 estudantes expulsos.

## **Considerações finais**

Na reconstrução do processo de formação das universidades brasileiras, vimos que elas incorporaram, simultânea ou sequencialmente, modelos estrangeiros bem distintos, o francês, o alemão e o norte-americano, nem sempre compatíveis e suscetíveis de provocar conflitos internos. Vimos, também, que pesquisa comparativa internacional mostrou a existência de um processo de fracionamento organizacional, resultado da autonomização, efeito, por sua vez, de uma irresistível especialização do conhecimento. A descentralização daí resultante não é necessariamente ruim para a universidade, desde que combinada com mecanismos integradores não impeditivos da iniciativa e das opções dos distintos e conflitivos grupos profissionais.

No Brasil, esse processo de autonomização disciplinar encontrou uma barreira na concepção da FFCL, que pretendia cultivar o saber livre e desinteressado de aplicações práticas, ao mesmo tempo em que formava professores para o ensino médio. A sedução pelo modelo norte-americano dos institutos centrais ganhou apoio dos docentes, que propunham o fracionamento da FFCL, os quais conseguiram, em 1961, uma expressiva vitória com o veto presidencial a dispositivo da LDB e na estruturação da Universidade de Brasília.

Na UFRJ, o fracionamento da FNFi começou a ser proposto ainda na década de 1940 e ganhou força com a política do MEC de apoiar a criação de institutos de pesquisa, que, mais tarde, foram fundidos com departamentos daquela unidade de ensino. A aceleração da reforma universitária determinada por decretos-leis propostos por ministro ex-reitor da UFRJ revela a estreita ligação de processos intra e extra-universitários, inclusive a contenção do movimento estudantil. Esta, por sua vez, assumiu feição extrema antes mesmo do golpe militar.

Considero, então, impertinente atribuir ao intento de conter o movimento estudantil o fracionamento da FNFi, mesmo tendo esse elemento sido acrescentado aos que, efetivamente, contaram no processo. Numa palavra: para conter o movimento

estudantil, havia mecanismos eficazes antes do golpe militar e outros foram definidos, incidindo diretamente sobre os estudantes e suas entidades representativas.

Por fim, cumpre dizer que o processo de fracionamento organizacional não se esgotou na reforma universitária dos anos 1960. Em 2010, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, originado da FNFi, perdeu um de seus três departamentos, que veio a formar o Instituto de História. As razões para a separação evocavam a demanda de autonomização institucional de uma disciplina acadêmica.

## Referências bibliográficas

CLARK, Burton R. *The higher education system: academic organization in cross-national perspective*. Los Angeles: University of California Press, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007a.

\_\_\_\_\_. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era de Vargas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007b.

\_\_\_\_\_. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007c.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). *Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro/Brasília: Ed. da UFRJ/MEC-INEP, 1989.

\_\_\_\_\_. *Faculdade Nacional de Filosofia: depoimentos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1992.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Faculdade Nacional de Filosofia: origens, caminhos e descaminhos. *Educação em Revista*, n.11, p.3-11, 1990.

FREITAS, Adriana da Silva. *Repressão aos estudantes da UFRJ no cenário ditatorial*. 2008. Dissertação (Mestrado)– Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, Ana Waleska. *Anísio Teixeira e a universidade de educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

OLIVEIRA JUNIOR, Ernesto Luiz. *Ensino técnico e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. *Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único*. Niterói: EdUFF, 2001.

RON-RÉN, Mônica Caminiti. *Faculdade Nacional de Filosofia: das propostas de fragmentação à extinção*. 1994. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1985.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. *Diretrizes para a reforma da Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1963.

**Submetido em:** 23-09-2018

**Aceito em:** 19-11-2018